

Osorio, Rafael Guerreiro

Working Paper

A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas

Texto para Discussão, No. 2657

Provided in Cooperation with:

Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Osorio, Rafael Guerreiro (2021) : A desigualdade racial no Brasil nas três últimas décadas, Texto para Discussão, No. 2657, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, <https://doi.org/10.38116/td2657>

This Version is available at:

<https://hdl.handle.net/10419/240851>

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

TEXTO PARA **DISCUSSÃO**

2657

**A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL
NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS**

Rafael Guerreiro Osorio



A DESIGUALDADE RACIAL NO BRASIL NAS TRÊS ÚLTIMAS DÉCADAS¹

Rafael Guerreiro Osorio²

1. O autor agradece a Antônio Teixeira Júnior, Márcia Lima, Pedro Souza e Tatiana Dias Silva pela leitura atenta e sugestões, sem comprometê-los com eventuais equívocos, todos de sua responsabilidade.

2. Pesquisador na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea e no Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Ipea e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). *E-mail*: <rafael.osorio@ipea.gov.br>.

Governo Federal

Ministério da Economia

Ministro Paulo Guedes

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura

André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais

Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais

Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

André Reis Diniz

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2021

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1. Brasil. 2. Aspectos Econômicos. 3. Aspectos Sociais.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).
Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: I30, J15, J62, J71.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2657>

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO	7
2 DESIGUALDADE RACIAL E MOBILIDADE SOCIAL.....	10
3 INDICADORES DA DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA	15
4 CONCLUSÃO	23
REFERÊNCIAS	24

SINOPSE

Este trabalho apresenta uma breve revisão das principais teorias sociológicas sobre a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos no Brasil e indicadores da desigualdade racial de renda para o período 1986-2019, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Os indicadores revelam que, apesar de todas as transformações nas relações raciais nesse período, como a derrocada do mito da democracia racial, a crescente valorização da negritude e a maior denúncia e repúdio do racismo e da discriminação, na dimensão da renda houve apenas uma minúscula redução, e a desigualdade racial persiste sem abalos substantivos. A renda média dos brancos é ao menos duas vezes a dos negros, e a esta diferença, segundo a decomposição do indicador L de Theil, pode-se atribuir por volta de 11% da desigualdade de renda brasileira. A contribuição da desigualdade de renda entre negros para a desigualdade total no Brasil aumentou, acompanhando a parcela da população que se declara preta e parda na PNAD, que se tornou majoritária no período.

Palavras-chave: desigualdade racial; desigualdade de renda; PNAD; PNAD Contínua.

ABSTRACT

This paper presents a brief review of the main sociological theories on socioeconomic inequality between blacks and whites in Brazil, and indicators of racial income inequality for the period 1986-2019, based on the National Household Survey (PNAD). The indicators show that, despite all the change in racial relations in the period, such as the debunking of the myth of racial democracy, the growing appreciation of blackness and the greater denunciation and repudiation of racism and discrimination, in the income dimension there was only a tiny reduction of inequality. Racial income inequality persists without substantive upheavals. The average income of whites is at least twice that of blacks, and this difference, according to the decomposition of the Theil L indicator, accounts for 11% of the Brazilian income inequality. The contribution of income inequality among blacks to total inequality in Brazil increased, together with the share of the population that declares being preto and pardo in the PNAD, which became the majority in the period.

Keywords: racial inequality; income inequality; PNAD; PNAD Contínua.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta algumas evidências atualizadas que mostram a estabilidade da desigualdade racial de renda no Brasil nas três últimas décadas. No Brasil, as estatísticas socioeconômicas invariavelmente têm indicado que a situação das pessoas brancas é melhor que a das pretas e pardas. Friamente, mostram que pessoas brancas têm mais renda, mais escolaridade, moradias mais salubres e seguras, têm mais de tudo que é bom, e menos de tudo que é ruim. A frieza, contudo, não advém dos números, mas da realidade que retratam, na qual a desigualdade racial é constatável a olho nu.¹

Isso não é de hoje. A desigualdade e a discriminação racial andam juntas no Brasil desde a chegada dos portugueses, que erigiram a colônia com base na escravização dos negros da terra e da África.² A desigualdade racial entre os senhores brancos e os escravos negros, indígenas, e mestiços era justificada, de início, pela suposta superioridade religiosa; depois, com a emergência do racismo pseudocientífico do século XIX, também por fantasias de superioridade biológica e cultural.³ Durante a maior parte da história brasileira, a desigualdade racial foi reconhecida, preservada e garantida contra a resistência dos negros. Objetivava-se mantê-la, não combatê-la.

Depois da Independência do Brasil, quando começa a se formar um pensamento social propriamente brasileiro, a composição racial da população se tornou um problema para a construção da identidade nacional. Sob inspiração de teorias racistas, as elites políticas e intelectuais se convenceram de que pretos e pardos, a maior parte da população,

1. A partir dos anos 2000, com a disseminação do uso dos microdados dos Censos Demográficos e das Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNAD/IBGE), e a progressiva introdução do quesito de cor ou raça em outras pesquisas e em registros administrativos (como os sistemas de informações sobre nascimentos e óbitos), foram produzidas várias coleções de indicadores socioeconômicos desagregados por raça, bem como estudos sobre esses indicadores. Muitas dessas iniciativas não estão mais disponíveis, ou estão desatualizadas, sugerindo uma diminuição do interesse pelos indicadores. Contudo, o IBGE tem divulgado a desagregação por raça de indicadores da PNAD Contínua, que invariavelmente mostram a desigualdade em prejuízo dos negros. Como exemplos dos relatórios e estudos que continham e analisavam indicadores socioeconômicos da desigualdade racial, podem-se citar Henriques (2001), Heringer (2002), Jaccoud e Begin (2002) e o Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, produzido pelo Ipea, cuja quarta edição pode ser encontrada em: <<https://is.gd/z4OPf9>>. O Datasus oferece a desagregação por raça em consultas (disponível em: <<https://is.gd/ho5Ahp>>).

2. Sobre a exploração e a escravidão de indígenas e africanos, entre inúmeros trabalhos, ver Monteiro (1994), Alencastro (2000) e Gomes (2019).

3. Sobre o preconceito racial no Brasil colônia, ver Carneiro (1988). Boas descrições das falácias do racismo do século XIX são oferecidas por Benedict (1940), Montagu (1998) e Hofbauer (2006).

eram um entrave ao desenvolvimento e, possivelmente mais importante, uma ameaça aos donos do poder. Para desenvolver o país e construir a nação brasileira, modelada pelas potências europeias, era preciso “melhorar a raça” da população, neutralizando os elementos negros e indígenas. Essa visão se consolidou em políticas que estimulavam a imigração europeia para “branquear” a população (Hofbauer, 2006).

Na virada para o século XX, a intelectualidade brasileira discutia as consequências para o progresso nacional da composição racial da população, e, em particular, da mestiçagem, mediante a chegada de grandes contingentes de imigrantes brancos. O que se almejava com o branqueamento era garantir a prevalência dos elementos eugênicos “superiores” dos brancos europeus, diluindo as heranças africana e indígena na população miscigenada.

Seria o branqueamento possível? Os autores racistas que liam, como a maior parte da ciência da época, eram categóricos ao afirmar a inferioridade do mestiço, logo a impossibilidade de a estratégia de branqueamento dar resultado. Euclides da Cunha descreveu o mestiço como um “desequilibrado”, pois abrigaria em si as tendências contraditórias das raças misturadas.⁴ Rompendo com o cânon em busca de uma interpretação condizente com a possibilidade de construir uma grande nação no Brasil, na imaginação de Sílvio Romero, o brasileiro resultante da miscigenação não seria branco em aparência, mas, sim, moreno, e não seria inferior, pois acumularia o melhor das raças miscigenadas, ainda que negros e indígenas tivessem menos elementos eugênicos a oferecer (Romero, 1949).

Na primeira metade do século XX, as teorias racistas perdem progressivamente a hegemonia, e a desigualdade racial começa a ser explicada não como consequência da suposta inferioridade religiosa, biológica ou cultural dos grupos discriminados, mas, sim, da história e das instituições sociais. O racismo aberto da intelectualidade da geração de 1870 acaba, paradoxal e rapidamente, substituído pelo mito da democracia racial, a ideologia que sustentava ser o Brasil um paraíso das relações amistosas entre as raças, onde não existia animosidade, e os brancos não discriminavam os pretos e os pardos. O preconceito e a desigualdade eram essencialmente “de classe”, e a maior presença dos

4. “A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso” (Cunha, 1984, p. 54). “[...] o mestiço – traço de união entre as raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. Foville compara-os, de um modo geral, aos históricos” (*idem, ibidem*).

negros nas classes menos abastadas devia-se ao pouco tempo transcorrido desde a Abolição da Escravatura.⁵ A desigualdade racial de condições socioeconômicas transformava-se em um problema de classe e mobilidade social.

A visão de que o Brasil seria uma democracia racial teve vida mais longa no pensamento social – e ainda se ouvem altos, aqui e ali, seus estertores – do que na sociologia. Nesta, o mito teve vida curta e foi logo desmentido por uma série de estudos sobre as causas da desigualdade racial, que afirmavam a existência de preconceito e discriminação, ainda que operando sob formas, meios e mecanismos particulares, genuinamente brasileiros. Esses estudos tinham como pano de fundo a escravidão e a abolição, momento inicial a partir do qual se buscava entender a desigualdade racial e sua transformação, na transição do Brasil para a modernidade. Enquanto alguns estudavam a integração do escravo metamorfoseado em proletário na emergente sociedade urbana e industrial, outros estudavam sua inserção nas comunidades, ou a preservação dos costumes e tradições variados trazidos de diferentes culturas africanas.⁶

Apesar da denúncia do racismo e do preconceito de cor, da discriminação e de suas consequências, esses estudos auxiliaram a consolidar a percepção, hegemônica até a década de 1980, de que, no período após a abolição, a desigualdade racial era consequência da desigualdade de classe. As barreiras que faziam os negros permanecerem, na nova estratificação socioeconômica, em posição semelhante à ocupada na sociedade colonial derivariam da escassez de oportunidades econômicas de ascensão social.

O racismo e o preconceito eram vistos como arcaísmos, heranças da ordem escravocrata, ideologias e atitudes que perderiam função no mundo secular e racional da sociedade burguesa industrial e urbana que emergia e tenderiam a desaparecer. A ideia de que a desigualdade racial era preponderantemente produzida pela classe, e não pela raça, ganhou força também por sua conveniência para a defesa do mito da democracia racial. No entanto, os principais proponentes dessa perspectiva teórica não desprezavam as consequências da discriminação racial sobre a vida dos negros e a consideravam um

5. Representam esta linha os trabalhos de Pierson (1945), Wagley (1952) e Azevedo (1996), todos elaborados no âmbito do Projeto UNESCO (Maio, 1999; Osorio, 2009).

6. Na segunda leva do Projeto UNESCO, Pinto (1998), Nogueira (1998), Cardoso e Ianni (1960) e Fernandes (1965) questionaram a ideia de preconceito de classe sem preconceito racial que marcara a primeira leva (Osorio, 2009).

fator de atraso, tanto na integração destes à sociedade de classes quanto na transição do Brasil para a modernidade.

2 DESIGUALDADE RACIAL E MOBILIDADE SOCIAL

Até os anos 1980, a perspectiva teórica hegemônica na sociologia brasileira era a de que, da abolição até então, a persistência devia-se essencialmente às barreiras de classe para a mobilidade social intergeracional. A discriminação racial tenderia a diminuir com o tempo até desaparecer, pela incompatibilidade do racismo com a racionalização dos costumes na transição para modernidade, mas não se negava sua presença e suas consequências, e se questionava o mito da democracia racial. Sobre este, Florestan Fernandes ponderou que era o ideal mais bonito a ser buscado por uma sociedade, mas que o Brasil estava bem longe de ter alcançado coisa parecida (Fernandes, 2007).

No pós-guerra, as teorias, que pressupunham um poder racionalizador na modernidade, capaz de esclarecer as pessoas e as levar a, progressivamente, mudarem suas atitudes e comportamentos racistas, foram sendo falseadas pelas evidências. O racismo e a discriminação continuavam fortes e não mostravam sinais de enfraquecimento. Na nova ordem da sociedade industrial moderna, renovados, adquiriam nova funcionalidade, a de garantir a manutenção, na sucessão das gerações, da situação privilegiada dos brancos, após a queda das barreiras formais que impediam a competição dos negros pelas oportunidades de ascensão social.

Novas e melhores evidências sobre a desigualdade racial colocaram em xeque o mito da democracia racial e a ideia de que o racismo e a discriminação desapareceriam com o tempo por serem arcaísmos sem lugar na sociedade liberal, ou meros epifenômenos da desigualdade de classe, que seria superada por uma guinada socialista ou comunista. A escravidão fora abolida há quase um século, e a sociedade urbana e industrial se instalara e se desenvolvia em ritmo forte. Se a raça não importasse, ou se sua importância estivesse diminuindo, pretos e pardos deveriam progressivamente se distribuir de forma mais uniforme pelas camadas da estratificação socioeconômica. Mas as novas evidências mostravam os negros ainda muito concentrados na base da pirâmide social, algo incompatível com o mito da sociedade de classes sem racismo.

Talvez o primeiro a apontar a reciclagem do racismo no Brasil pós-abolição tenha sido Fernando Henrique Cardoso (Cardoso, 2003). Contudo, Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, munidos de dados inéditos do Censo Demográfico de 1960 e de pesquisas domiciliares, elaboraram estudos que comprovavam empiricamente a persistência da desigualdade racial no Brasil, decorrido quase um século desde a abolição (Hasenbalg, 2005; Silva, 1978; Hasenbalg e Silva, 1988; 1992). Esses trabalhos desafiaram tanto o *establishment*, que sustentava o mito da democracia racial, quanto a perspectiva hegemônica na sociologia da época, de que o racismo era um arcaísmo e que a situação de classe era o que realmente moldava a desigualdade racial. A persistência da desigualdade racial não poderia ser explicada sem conferir um papel relevante à discriminação sofrida nas diferentes fases da vida por pretos e pardos, e às desvantagens que dela resultam.

Não se tratava, contudo, de estabelecer precisamente quantos por cento da desigualdade viriam da classe social de origem e quantos por cento viriam da discriminação racial. Classe e raça são analiticamente separáveis, mas na realidade brasileira são indissociáveis. Como na canção de Caetano Veloso, os negros são pretos de tão pobres e pobres de tão pretos. Hasenbalg e Valle Silva mostraram como, de uma geração para outra, a desigualdade racial era transmitida como desigualdade de classe, depois reforçada por mais discriminação racial, em um ciclo de desvantagens cumulativas. Ou seja, como são maioria entre os pobres, os negros têm maior probabilidade de nascerem na pobreza, de sofrerem as consequências da pobreza na primeira infância, na escola, e, depois, de restrições de oportunidades de ascensão socioeconômica. Sobre todas essas desvantagens, acumulam-se camadas de discriminação. Essa carga pesada é transmitida à próxima geração, que reinicia o ciclo.⁷

Oracy Nogueira, em seu estudo das relações raciais em Itapetininga, foi pioneiro ao teorizar que, em um regime de baixa mobilidade, uma desigualdade inicial tenderia a se manter por muito tempo, mesmo sem a presença do que a causara. Com baixa mobilidade, os negros tenderiam a permanecer por muito tempo nas camadas inferiores da estratificação social, mesmo que a sociedade fosse completamente indiferente à cor. Mas ao acompanhar a trajetória de imigrantes brancos, que chegaram em Itapetininga

7. Hasenbalg e Valle Silva organizaram vários volumes e escreveram, juntos e separadamente, solo e com outros coautores, artigos clássicos apresentando as evidências sobre múltiplas dimensões da desigualdade racial que são leitura obrigatória para estudiosos do assunto: Hasenbalg (2005), Silva (1978), Hasenbalg e Silva (1988; 1992) e Hasenbalg, Silva e Lima (1999). Osorio (2009) comenta esses trabalhos.

frequentemente em situação pior que a dos negros que lá residiam, Oracy constatou que o fato de serem brancos os favorecera na competição com os negros, pela possibilidade de casar na elite local – sequiosa de embranquecimento – e pela preferência que lhes era conferida nas oportunidades de trabalho e nas relações sociais em geral. Em algumas décadas, os descendentes de italianos estavam bem mais presentes nas camadas de cima da estratificação socioeconômica local do que os negros (Nogueira, 1988).

São dois os principais fenômenos que se complementam para produzir a persistência da desigualdade racial. O primeiro é o regime de mobilidade social com muita movimentação, porém de curta distância. Na sociedade brasileira, muitos sobem pouco e poucos sobem muito – e o mesmo vale para as descidas. Mesmo que as pessoas estejam, na estrutura da desigualdade, em posições diferentes das ocupadas por seus pais, não estão muito melhores ou piores (Pastore, 1979; Scalón, 1999; Pastore e Silva, 2000; Ribeiro, 2007). O tanto que a renda de alguém está distante da média de sua época é fortemente relacionado à distância da renda de sua família em relação à média do passado: a persistência intergeracional da renda fica em torno de 70% nos estudos brasileiros (Ferreira e Veloso, 2006; Pero e Szerman, 2008; Osorio, 2009). Mas a persistência tem decrescido, ainda que suavemente, com a ampliação da abertura às trocas entre classes e a redução da parcela da mobilidade induzida pelas mudanças estruturais no trabalho e em sua divisão que acompanham a modernização (Ribeiro, 2007).

Apenas o regime de mobilidade de elevada persistência intergeracional, sem o segundo fenômeno, que é a discriminação racial sofrida por pretos, pardos e indígenas nas várias etapas da vida, resultaria em uma lenta equalização. O regime de mobilidade sozinho retardaria a redução da desigualdade racial – em relação à velocidade esperada em uma sociedade sem associação entre origens e destinos sociais –, mas não a impediria. O Brasil é uma sociedade com elevada transmissão intergeracional de situação socioeconômica, porém não é uma sociedade estamental ou de castas. A mobilidade é de curta distância, mas não é nula; as oportunidades, apesar de poucas, existem, e histórias de sucesso e de fracasso não são incomuns. Sem discriminação, a desigualdade racial teria caído (Osorio, 2009).

Os gráficos 1 e 2 ilustram como a elevada persistência intergeracional de situação socioeconômica e a discriminação racial contribuem para perpetuar a desigualdade racial. Nesses gráficos, a origem é a renda das famílias das pessoas quando elas tinham 15 anos,

e o destino é a renda da família em 1996. No eixo horizontal, os números de 1 a 10 representam o décimo da distribuição de renda de origem: 1 para os 10% mais pobres e 10 para os 10% mais ricos. Da mesma forma, o eixo vertical representa os décimos da distribuição de renda no destino. Os pontos na diagonal representam os casos de imobilidade, pessoas que no destino estão no mesmo décimo que na origem. Os casos acima da diagonal representam a mobilidade ascendente, pessoas que no destino estão em um décimo de renda mais rico que o da origem, e os casos abaixo da diagonal, a mobilidade descendente.⁸

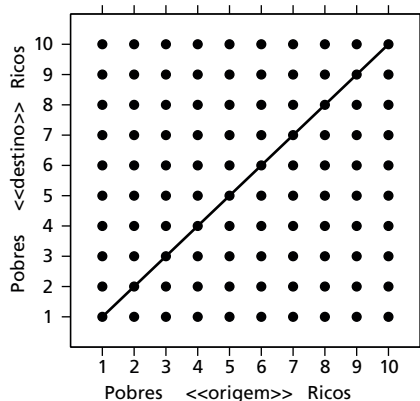
No gráfico 1A, vê-se o padrão esperado para uma sociedade com igualdade de oportunidades – “meritocrática” –, na qual haveria total independência entre origens e destinos. Como são dez os destinos e origens possíveis, cada uma das combinações teria 1% da população. Das pessoas com origem entre os 10% mais pobres, por exemplo, 10% delas ascenderiam para os 10% mais ricos; e cada um dos décimos do destino teria 10% de pessoas com origem entre os 10% mais pobres. Todavia, o padrão observado revela uma sociedade de oportunidades desiguais, na qual a origem abastada oferece proteção contra a queda da renda e a origem humilde restringe as oportunidades de ascensão. A imobilidade no décimo mais pobre e no décimo mais rico é cerca de quatro vezes maior que o esperado (gráfico 1B).

Pessoas com origem nos décimos 1 a 4 têm poucas oportunidades de escapar de um destino entre os 40% mais pobres: a mobilidade descendente é acima do esperado para originários dos décimos 3 e 4, e os ascendentes originários do décimo mais pobre raramente ultrapassam o quarto décimo. No outro extremo, pessoas com origem nos 30% mais ricos têm grande probabilidade de lá permanecerem. Apenas o meio da distribuição é razoavelmente dinâmico, muito mais próximo do padrão esperado sob igualdade de oportunidades. Essa maior mobilidade do meio deveria, na sucessão das gerações, contribuir para a redução da desigualdade racial.

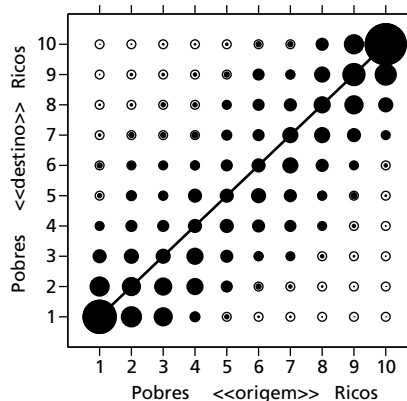
8. Mobilidade de renda dos nascidos de 1957 a 1966. Para maiores detalhes, ver Osorio (2009).

GRÁFICO 1
Mobilidade de renda – Brasil (1976-1996)

1A – Esperado



1B – Observado



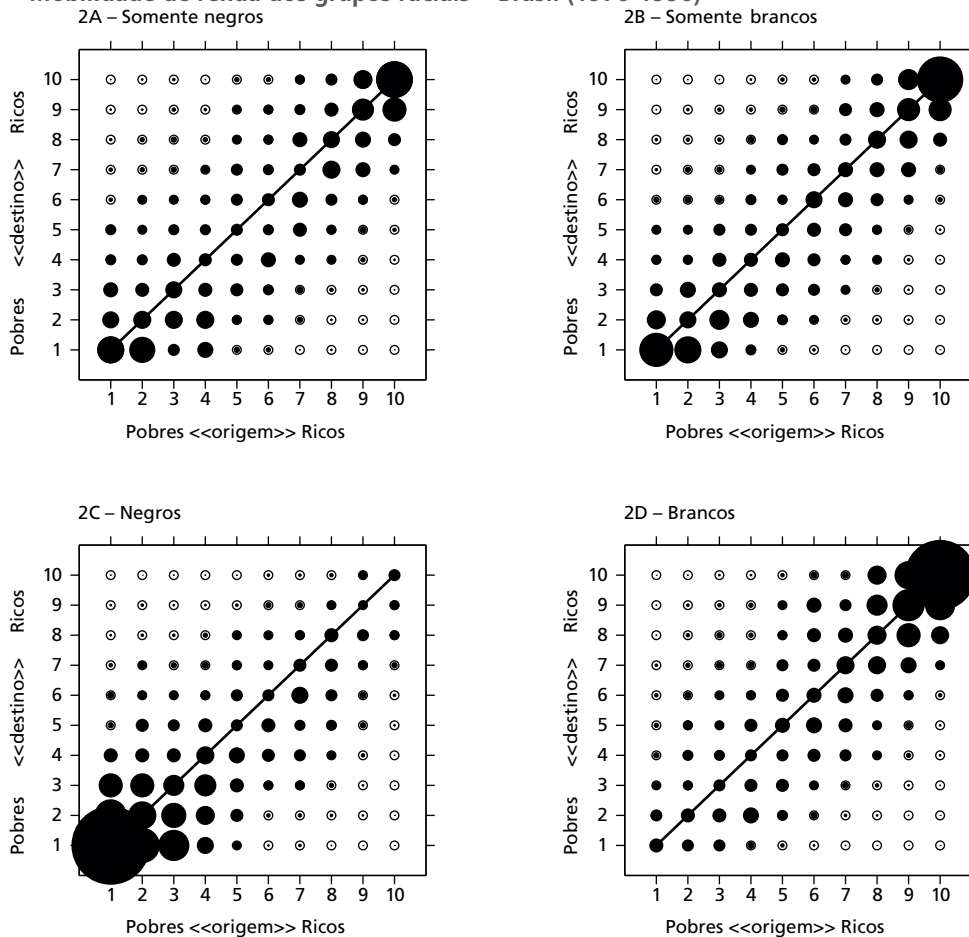
Fonte: Osorio (2009).

O gráfico 2 exibe o padrão de mobilidade desagregado para a comparação de negros e brancos. Nos gráficos 2A e 2B, os padrões de mobilidade são representados como se os grupos fossem totalmente separados em indivíduos de cada grupo na distribuição de renda de origem e de destino do grupo. O que se nota é que os padrões são muito parecidos com o observado, exibido no gráfico 1B. Porém, nos gráficos 2C e 2D, vê-se que, ao juntar os dois grupos, os negros circulam na extremidade pobre da distribuição, e os brancos, entre os mais ricos. Inobstante, se esse padrão observado de mobilidade fosse repetido sem considerar a cor de seus participantes, a concentração dos negros na distribuição de renda de 1986 a 2016 teria caído em torno de um sexto.⁹ As consequências das discriminações motivadas por racismo e preconceito são o que bloqueia a pequena equalização racial que seria produzida pelo regime de baixa mobilidade de renda.

9. A queda teria ocorrido se o padrão de mobilidade observado não sofresse a influência da cor (Osorio, 2009).

GRÁFICO 2

Mobilidade de renda dos grupos raciais – Brasil (1976-1996)



Fonte: Osorio (2009).

3 INDICADORES DA DESIGUALDADE RACIAL DE RENDA

Mas o que aconteceu nas últimas três décadas? A desigualdade racial continua estável? Entre os indicadores da desigualdade racial, poucos a expressam tão bem quanto a renda. A renda é fortemente correlacionada com virtualmente todo indicador de bem-estar que se possa imaginar e indica diretamente o poder de compra dos indivíduos e de suas

famílias.¹⁰ O nível de renda não define os estilos de vida das pessoas, suas opiniões e ações, mas é um fator que limita as escolhas dos pobres enquanto amplia as dos ricos.

A desigualdade racial pode ser abordada sob perspectivas distintas a partir da renda. Comparar a renda média das pessoas classificadas como brancas à das pessoas que se declaram pretas, pardas ou indígenas é um bom ponto de partida. Podem-se calcular as médias desde 1986, quando o IBGE passou a perguntar anualmente, na PNAD, a cor dos entrevistados.¹¹ Para permitir a comparação temporal, os valores foram ajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para dezembro de 2011. No caso dos dados de 2012 em diante, os valores da PNAD Contínua anual foram ajustados pelo INPC do segundo mês do trimestre da entrevista. Dezembro de 2011 é a referência para aplicar o fator de paridade do poder de compra, usado para a conversão de reais para dólares.¹² Por mera coincidência, nesse mês, R\$ 50 mensais correspondiam a quase US\$ 1 por dia.

O gráfico 3 apresenta a evolução da média da renda domiciliar *per capita*. O ano de 1986, por conta do Plano Cruzado, é um ponto fora da curva dos anos 1980, mas, mesmo naquele momento efêmero, a elevação da renda se deu com desigualdade racial. Depois, a renda flutuou em níveis mais baixos, até mudar de patamar em 1995, ficando estagnada em torno de US\$ 12 diários por uma década. De 2005 a 2014, a renda cresceu até sofrer o baque da crise em 2015. Em 2018, a renda média voltou ao nível de 2014. Mas as variações não contribuíram muito para a redução da desigualdade racial, medida pela razão entre as rendas. De 1986 a 2001, a renda média dos brancos era em torno de 2,4 vezes maior que a dos negros. De 2002 a 2008, essa razão diminuiu um pouco, mas se encontra estável desde 2009, com a renda média dos brancos aproximadamente duas vezes maior que a dos negros.

10. Sobre as vantagens e desvantagens do uso da renda como indicador de pobreza, ver Atkinson (1987) e Sen (1981).

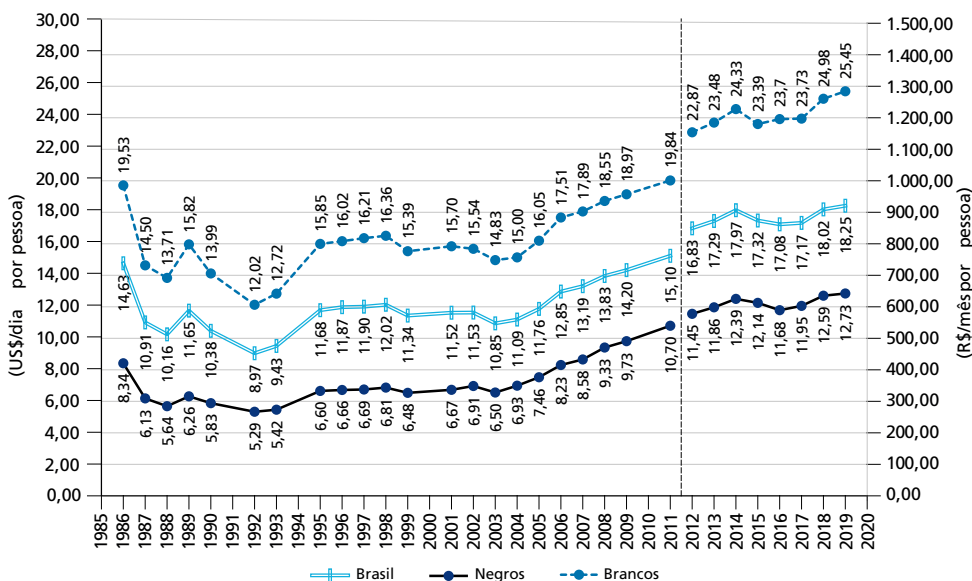
11. Sobre a classificação racial do IBGE, ver Osorio (2003) e o livro organizado por Petrucelli e Saboia (2013).

12. Os fatores de paridade do poder de compra são calculados pelo Banco Mundial e disseminados como parte dos *world development indicators*.

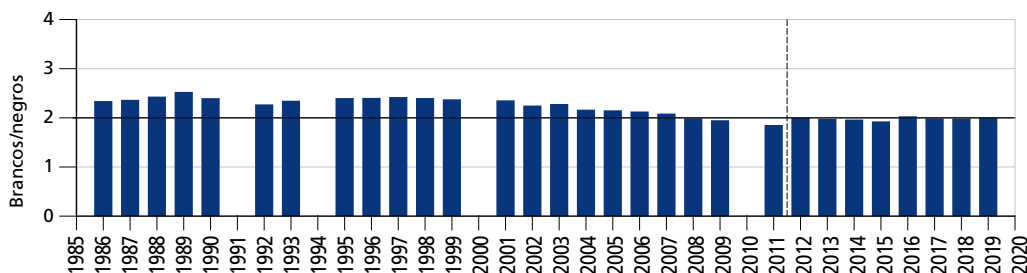
GRÁFICO 3

Renda domiciliar – Brasil (1986-2019)

3A – Renda domiciliar *per capita* média



3B – Razão entre a renda dos brancos e a dos negros



Fontes: Microdados das PNADs 1986-2011 e microdados anuais da primeira visita da PNAD Contínua 2012-2019. Disponível em: <<https://is.gd/LBVeyj>>.

Elaboração do autor.

Obs.: Valores de dezembro de 2011.

Outra forma de abordar a desigualdade racial é estimar a contribuição de cada grupo para a desigualdade de renda. Os indicadores que medem a entropia na distribuição de renda estão entre os que permitem dimensionar a contribuição das diferenças das médias dos grupos e da desigualdade dentro de cada grupo para a desigualdade total. Esses indicadores possuem um parâmetro ajustável ao juízo de valor do analista sobre o tipo de situação que mais contribui para a desigualdade, a presença de pessoas pobres, ou a presença de pessoas ricas. O indicador de desigualdade L de Theil, que confere um

peso maior para as rendas abaixo da média, é o único indicador de entropia que permite interpretação contrafactual, razão da sua escolha.¹³

O gráfico 4 mostra a evolução do indicador L de Theil da desigualdade na distribuição de renda, total e calculado separadamente para brancos e para negros. Segundo o indicador, a desigualdade aumenta na década de 1980, fica relativamente estável e começa a cair a partir do final da década de 1990, voltando a crescer desde 2015. A desigualdade total é maior que a entre os brancos, por sua vez maior que a desigualdade entre os negros.

A decomposição da desigualdade total de cada ano (100%) medida pelo L de Theil, de acordo com as contribuições da desigualdade entre os negros, entre os brancos, e da diferença entre as médias dos grupos, é apresentada no gráfico 5. Refletindo a estabilidade na razão entre as rendas médias, a desigualdade entre grupos pouco varia. De 1986 até 2001, ficou em torno de 13%, depois parece ter caído um pouco, até estabilizar-se novamente em torno de 11% da desigualdade de cada ano. A contribuição da desigualdade entre os brancos passa de pouco mais da metade para pouco menos que a metade; com o complementar aumento da contribuição da desigualdade entre os negros de 34% para 48% da desigualdade total.

Mas o que isso significa? Como o L de Theil permite a interpretação contrafactual, pode-se dizer que a desigualdade de renda no Brasil seria 11% menor se as rendas médias de negros e brancos fossem iguais, mantidas a desigualdade dentro de cada grupo e as frações da população nos grupos. Apesar do decréscimo de sua contribuição relativa para o total, houve crescimento da desigualdade entre os brancos a partir de 2015. A contribuição da desigualdade de renda entre os negros para a desigualdade total, por sua vez, aumentou. Não por conta do crescimento recente da desigualdade, mas, sim, por ter acompanhado o crescimento relativo da população negra.

13. Sobre os indicadores de desigualdade e sua decomposição por grupos, ver Cowell (2000).

GRÁFICO 4

Desigualdade de renda domiciliar *per capita* – Brasil (1986-2019)

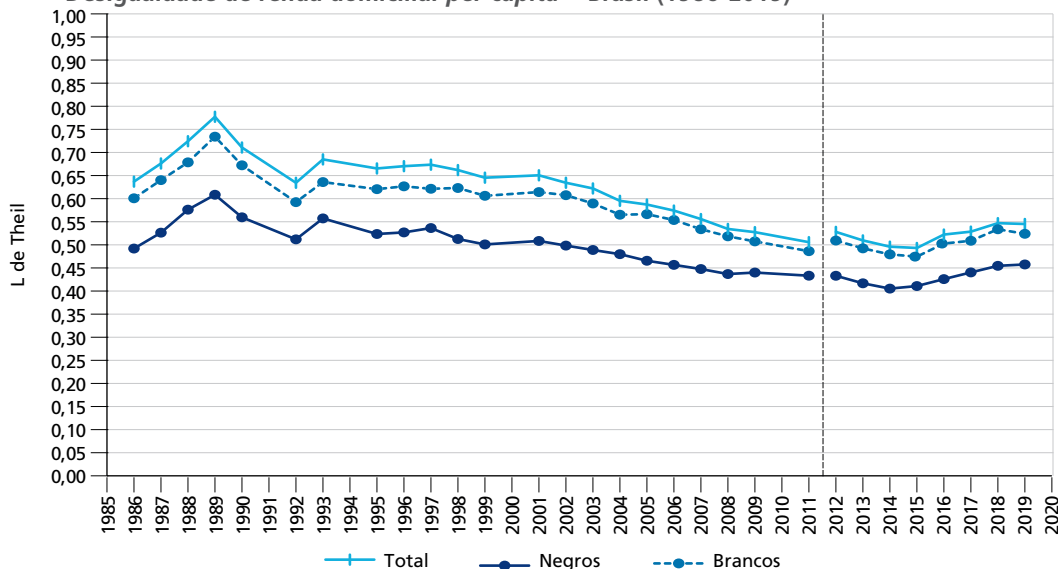
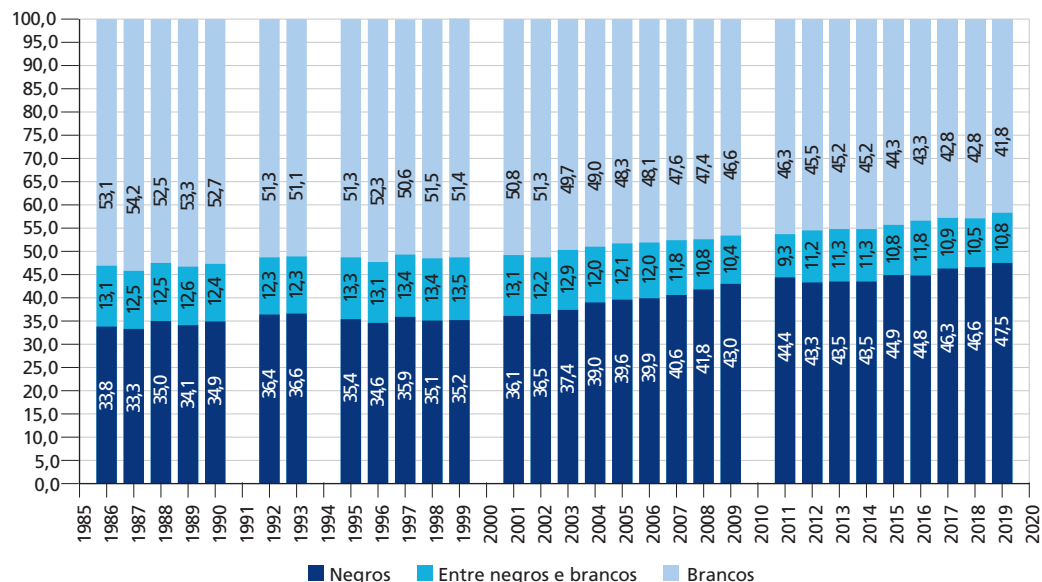


GRÁFICO 5

Decomposição da desigualdade de renda domiciliar *per capita* – Brasil (1986-2019)

(Em %)



A parcela negra da população aumentou consideravelmente de tamanho, de 44%, em 1986, para 56%, em 2018. Essa mudança na composição racial deve-se principalmente à maior valorização da negritude, pois as diferenças demográficas entre negros e brancos no Brasil não seriam suficientes para produzir tamanha variação.¹⁴ Ao contrário, considerando a maior mortalidade dos jovens negros (Cerqueira e Coelho, 2017), seria até razoável esperar a diminuição da parcela negra da população. O aumento da parcela negra da população pode contribuir para a redução da desigualdade racial, se a tendência a valorizar a negritude for mais forte entre as pessoas de renda mais elevada, gerando um aumento na renda média dos negros.

O gráfico 6 oferece uma representação visual da mudança da composição racial e sua variação com a renda, em anos selecionados. Em cada ano, as pessoas foram ordenadas da mais pobre para a mais rica e divididas em vinte estratos, cada um com aproximadamente 5% da população, e depois calculada a proporção de negros em cada estrato. A maior concentração dos negros nos estratos mais pobres é facilmente notável. Em todos os anos selecionados, a percentagem da população negra decresce ao serem considerados os estratos mais ricos.

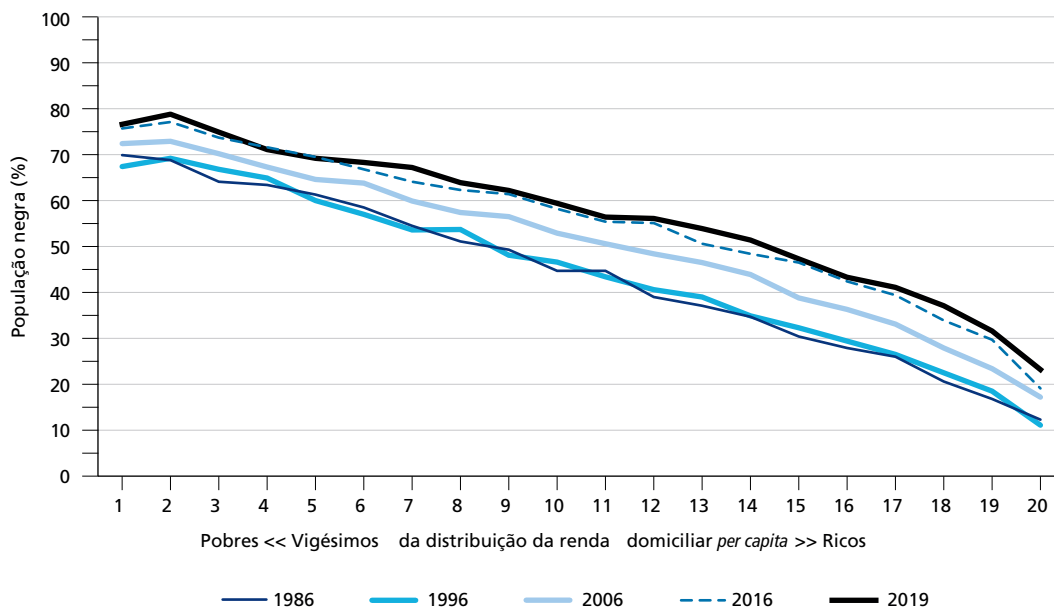
De 1986 a 1996, a composição racial quase não muda. A partir de 1996, contudo, a parcela negra da população cresce em todos os estratos de renda: a sociedade brasileira passa por um enegrecimento acelerado. A comparação entre 1986 e 2018 revela que o fenômeno da mudança da declaração da cor ou raça não foi restrito a camadas específicas da distribuição de renda. Em três décadas, dobrou a parcela negra da população entre os 5% mais ricos (vigésimo 20). O crescimento entre os mais pobres foi menor, porém partindo de uma base maior. Os negros, que em 1986 eram mais de dois terços, tornaram-se três quartos dos 10% mais pobres (vigésimos 1 e 2) em 2018. O crescimento relativamente maior dos pretos e pardos entre os estratos de maior renda é algo a ser considerado na interpretação da evolução dos indicadores da desigualdade racial de renda.

14. Sobre a impossibilidade de a mudança da parcela de pretos e pardos ser devida a diferenças na dinâmica demográfica de brancos e negros, ver Soares (2008).

GRÁFICO 6

Composição racial por vigésimos da renda domiciliar *per capita* – Brasil

(Em %)



Fontes: Microdados das PNADs 1986, 1996, 2003 e 2009 e microdados anuais da primeira visita da PNAD Contínua 2019. Disponível em: <<https://is.gd/LBVeyl>>.
Elaboração do autor.

Finalmente, uma última forma de abordar a desigualdade racial de renda é pela análise da concentração dos negros no polo pobre da distribuição. A concentração é medida por um indicador que varia de 0% a 100% e independe da variação da parcela da população no grupo (Osorio, 2009).¹⁵ O indicador assumiria o valor zero, indepen-

15. Os indivíduos devem estar ordenados pela renda domiciliar *per capita*, de forma que a renda x_i do i -ésimo indivíduo seja maior ou igual à do indivíduo que o antecede e menor ou igual à de seu sucessor: $[x_{i-1} \leq x_i \leq x_{i+1}]$. A posição relativa n_i do indivíduo na distribuição da renda é a fração acumulada da população N até o indivíduo, obtida a partir dos pesos de pessoa w_i da PNAD:

$$n_i = \frac{1}{N} \sum_{j=1}^i w_j \text{ e } n_{g_i} = \frac{1}{N_g} \sum_{j=1}^i w_j g_j.$$

Mantendo o ordenamento, calcula-se também a distribuição acumulada n_{g_i} dos indivíduos de cada grupo, considerando a sua população N_g e uma variável indicadora g_j que assume o valor zero quando o indivíduo não pertence ao grupo e um quando pertence. O indicador de concentração do grupo g , no caso dos negros, é calculado a partir das posições relativas:

$$C_g = 1 - \sum_{i=2}^N (n_{g_i} + n_{g_{i-1}})(n_i - n_{i-1}).$$

Para grupos concentrados no extremo pobre, o valor do indicador é negativo. O valor mínimo ocorre na situação em que o indivíduo mais rico de um grupo é mais pobre que qualquer indivíduo de outros grupos. O mínimo é o negativo da fração complementar da fração de população do grupo, representando a maior concentração possível entre os pobres:

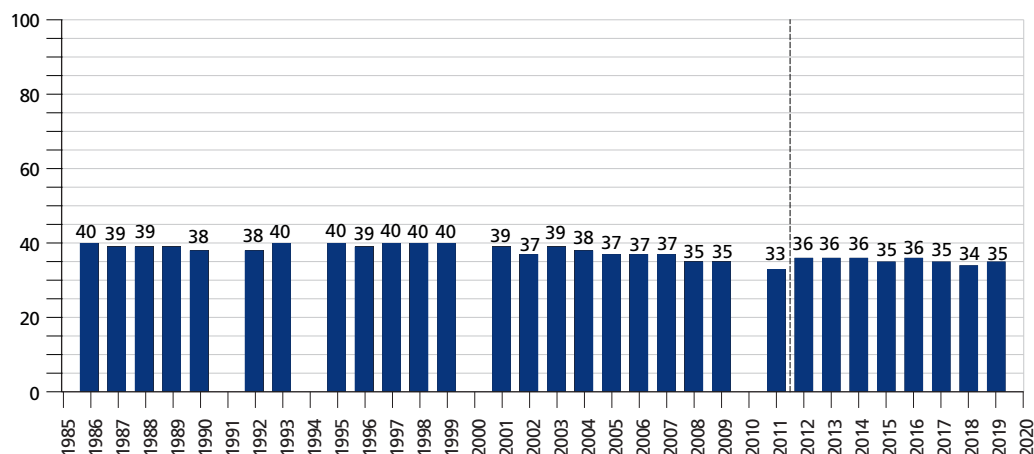
$$\min(C_g) = -\left(1 - \frac{N_g}{N}\right).$$

O indicador relativo de concentração apresentado no gráfico 7 é simplesmente $C_g / \min(C_g)$.

dentemente do grau de desigualdade de renda, se os negros estivessem uniformemente dispersos na distribuição de renda, tão presentes entre os ricos quanto entre os pobres. A concentração máxima de 100% ocorreria se a renda do branco mais pobre fosse superior à renda do negro mais rico. Nessa situação, se os negros fossem 46% da população, seriam também os 46% mais pobres.

Portanto, o indicador apresentado no gráfico 7 mede a concentração observada como porcentagem da máxima possível, que depende da fração de população do grupo em cada ano. Nota-se que a concentração dos negros entre os pobres ficou em torno de 40% do máximo de 1986 a 2001. De 2002 a 2008, a concentração cai um pouco. Desde então, está estagnada em torno de 35%.

GRÁFICO 7
Concentração relativa dos negros na distribuição de renda – Brasil (1986-2019)
(Em %)



Fontes: Microdados das PNADs 1986-2011 e microdados anuais da primeira visita da PNAD Contínua 2012-2019. Disponível em: <xxx>.
Elaboração do autor.

Sob a ótica da renda, portanto, a desigualdade racial é estável. Em três décadas, de 1986 a 2019, a desigualdade racial alimentou mais de um décimo da elevada desigualdade de renda brasileira. No que toca à razão entre as rendas médias e à concentração da crescente parcela negra da população entre os mais pobres, a desigualdade racial permaneceu elevadíssima, praticamente intocada. Com boa vontade, pode-se registrar uma pequena redução dessa desigualdade, todavia deve ser vista com alguma suspeição, pois pode, em parte, ter sido artificialmente produzida pelo maior aumento relativo da declaração de cor preta ou parda entre os mais ricos. A renda média dos brancos permanece ao menos

duas vezes maior que a dos negros. E a concentração dos negros entre os mais pobres é pouco mais que um terço do que seria em uma sociedade com castas raciais de renda, na qual nenhuma pessoa branca teria renda inferior à de uma pessoa negra.

4 CONCLUSÃO

Nas últimas três décadas, a desigualdade racial de renda persistiu quase intocada no Brasil, onde não se passa uma semana sem algum caso de racismo e discriminação exposto. Entretanto, a tolerância social ao racismo parece menor que no passado. Os casos são noticiados e podem atingir grande repercussão. As vítimas não mais se calam, e, frequentemente, recebem grande apoio da sociedade. Paralelamente, a valorização da negritude nesse período é inegável, bem como a ampliação da presença negra em posições sociais destacadas.

Poucas coisas ilustram tão bem essa transformação quanto a alteração da composição racial da população. Pessoas, que, no passado, poderiam branquear-se, passaram a assumir-se pretas ou pardas nos levantamentos do IBGE e, no cotidiano, a carregar no corpo as marcas e os símbolos da valorização da negritude. Em vários sentidos, o Brasil passou por um processo de enegrecimento nas últimas três décadas.

Porém, se no Brasil assumir-se negro pode não ser mais um grande problema, ser negro continua sendo. Todas as mudanças, como a valorização da negritude, os incontáveis estudos, dissertações e teses acadêmicas, a luta sem fim dos ativistas denunciando o racismo e a discriminação, e a introdução de políticas públicas, deram-se sem abalar a desigualdade racial de renda. Sua persistência, a despeito de tantos avanços em outras searas, é assombrosa. De 1986 a 2019, houve apenas uma ridícula redução dessa desigualdade. E parte da redução pode ter sido produzida pelo aumento da declaração de cor preta ou parda por pessoas relativamente mais ricas, que teria deslocado parte da desigualdade outrora capturada entre os grupos e entre os brancos para a desigualdade entre os negros.

Impávida, a renda média dos brancos persiste sendo o dobro da renda dos negros. Somente em 2014, quando a renda média dos brancos chegou a US\$ 24 por dia, a renda média dos negros ultrapassou o mínimo histórico dos brancos, de US\$ 12 em 1992. Na

maior parte do tempo, a pior renda média dos brancos esteve acima da melhor média dos negros. Apenas em quatro anos, 2015, 2016, 2018 e 2019, a maior renda média dos negros ultrapassou a menor média dos brancos, sem, contudo, chegar aos US\$ 13 diários.

Segundo o indicador de desigualdade escolhido, o L de Theil, que confere maior peso à desigualdade representada pela presença de pessoas muito pobres, a desigualdade entre as médias dos grupos responde por pouco mais de 10% da desigualdade brasileira. Em qualquer momento do período em tela, se negros ou brancos brasileiros vivessem em países separados, ainda seriam excessivamente desiguais. Como aumentou bastante a parcela da população que se declara preta ou parda, mas pouco mudou a concentração dos negros entre os mais pobres, a contribuição da desigualdade entre os negros para a desigualdade brasileira aumentou.

Essas tristes constatações trazem uma lição importante. Desigualdades racial e de renda são faces da mesma moeda, e não é possível vencer uma sem atacar a outra. A valorização da negritude e as políticas para a população negra, dissociadas do combate às desigualdades socioeconômicas e regionais que afetam a todos, não levarão a grandes reduções da desigualdade racial em poucas décadas. A inércia provocada pelo regime de baixa mobilidade de renda, *per se*, garantiria a transmissão da desigualdade racial, ainda que amenizada, por muitas gerações. No campo das políticas públicas, da mesma forma que se avançou na constatação da necessidade de programas e ações de combate ao racismo e à discriminação, é preciso avançar no entendimento de que todas as iniciativas que contribuem para a redução da desigualdade de renda constituem políticas para a população negra e para a superação da desigualdade racial.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, L. F. de. **O trato dos viventes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ATKINSON, A. B. Poverty. In: EATWELL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **Social economics**. Nova Iorque: Palgrave, 1987.

AZEVEDO, T. **As elites de cor numa cidade brasileira**: um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio. Salvador: UFBA, 1996.

BENEDICT, R. **Race**: science and politics. New York: Modern Age Books, 1940.

CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, F. H.; IANNI, O. **Cor e mobilidade social em Florianópolis**: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARNEIRO, M. L. T. **Preconceito racial**: Portugal e Brasil-Colônia. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

CERQUEIRA, D.; COELHO, D. S. C. **Democracia racial e homicídios de jovens negros na cidade partida**. Brasília: Ipea, 2017. (Texto para Discussão, n. 2267).

COWELL, F. A. **Measuring inequality**. 3rd ed. London: Oxford University Press, 2000.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984. Disponível em: <<https://is.gd/XpeVWc>>. Acesso em: 19 maio 2021.

FERNANDES, F. **A integração dos negros na sociedade de classes**. 1. ed. São Paulo: Dominus, 1965.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. 2. ed. São Paulo: Global, 2007.

FERREIRA, S. G.; VELOSO, F. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, v. 26, n. 2, p. 181-211, 2006.

GOMES, L. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. v. 1.

HASENBALG, C. A. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. D. V. (Ed.). **Estrutura social, mobilidade e raça**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

_____. **Relações raciais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1992.

HASENBALG, C. A.; SILVA, N. D. V.; LIMA, M. (Ed.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

HENRIQUES, R. **Desigualdade racial no Brasil**: evolução das condições de vida na década de 90. Brasília: Ipea, 2001.

HERINGER, R. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 18, p. 57-65, 2002.

HOFBAUER, A. **Uma história de branqueamento ou o negro em questão**. São Paulo: Unesp, 2006.

JACCOUD, L.; BEGHIN, N. **Desigualdades raciais no Brasil**: um balanço da intervenção governamental. Brasília: Ipea, 2002.

KLINBERG, O. **As diferenças raciais**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

LIMA, M. Trajetória educacional e realização socioeconômica das mulheres negras. In: HASENBALG, C. A.; SILVA, N. D. V.; LIMA, M. (Ed.). **Cor e estratificação social**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999. p. 148-158.

MAIO, M. C. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 141-158, 1999.

MONTAGU, A. **Man's most dangerous myth**: the fallacy of race. 6th ed. New York: Altamira, 1998.

MONTEIRO, J. M. **Negros da terra**: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia Das Letras, 1994.

NOGUEIRA, O. **Preconceito de marca**: as relações raciais em Itapetininga. 2. ed. São Paulo: Edusp, 1998.

OLIVEIRA, L. E. G. D.; PORCARO, R. M.; ARAÚJO, T. C. N. **O lugar do negro na força de trabalho**. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

OSORIO, R. G. **O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE**. Brasília: Ipea, 2003. (Texto para Discussão, n. 0996).

_____. **A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006**. 2009. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PASTORE, J. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

PASTORE, J.; SILVA, N. D. V. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Makron, 2000.

PERO, V.; SZERMAN, D. Mobilidade intergeracional de renda no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 38, n. 1, p. 20-40, 2008.

PETRUCCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (Org.). **Características étnico-raciais da população, classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. (Estudos e Análises, Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 2).

PIERSON, D. **Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PINTO, L. D. A. C. **O negro no Rio de Janeiro**: relações de raças numa sociedade em mudanças. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Edusc, Anpocs, 2007.

ROMERO, S. **História da literatura brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1949.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil**: padrões e tendências. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SEN, A. **Poverty and famines**: an essay on entitlement and deprivation. Genebra: OIT, 1981.

SILVA, N. D. V. **Black-white income differentials**: Brazil, 1960. 1978. Tese (Doutorado) – University of Michigan, Ann Arbor, Michigan, 1978.

SOARES, S. S. D. A demografia da cor: a composição racial da população brasileira de 1890 a 2007. *In*: THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**: 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EDITORIAL

Chefe do Editorial

Reginaldo da Silva Domingos

Assistentes da Chefia

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

Supervisão

Camilla de Miranda Mariath Gomes

Everson da Silva Moura

Editoração

Aeromilson Trajano de Mesquita

Anderson Silva Reis

Cristiano Ferreira de Araújo

Danilo Leite de Macedo Tavares

Jeovah Herculano Szervinsk Junior

Leonardo Hideki Higa

Capa

Danielle de Oliveira Ayres

Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico

Renato Rodrigues Bueno

*The manuscripts in languages other than Portuguese
published herein have not been proofread.*

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 – Bloco J – Ed. BNDES, Térreo

70076-900 – Brasília – DF

Tel.: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



**PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

ISSN 1415-4765

